

Ilse Scherer-Warren

### *A política dos movimentos sociais para o mundo rural*

Os movimentos sociais mais expressivos e com alcance político mais abrangente no mundo contemporâneo têm atuado cada vez mais sob a forma de redes interorganizacionais e pluritemáticas. Não é diferente com os movimentos sociais rurais. É a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais que organizamos este debate. Nessa direção, iniciaremos com uma classificação das principais categorias de análise das redes de atores coletivos que se organizam para enfrentar os problemas rurais brasileiros e discutiremos como os atores mais estratégicos se articulam entre si. A seguir, serão examinados os diferentes níveis de demandas sociais e políticas oriundas dessas redes de movimentos, as tensões e os desafios que enfrentam na busca de respostas à diversidade de suas pautas. Enfim, será discutida a difícil e contraditória relação dessas redes de movimentos com o Estado e com outros segmentos da sociedade.

---

Ilse Scherer-Warren é coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e professora da UFSC (ilse@manezinho.com.br). Palestra proferida no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFRJ, 2007.

## Formato organizacional dos movimentos sociais no campo

O alcance político e a capacidade mobilizatória de um movimento estruturado em rede relacionam-se com sua competência e criatividade em articular as várias escalas organizacionais – do local ao regional, ao nacional e ao transnacional – e em desenvolver formas diversas que podem ser representadas a partir da seguinte síntese:

### *Formato da sociedade civil organizada:*<sup>1</sup>

#### NÍVEL ORGANIZACIONAL:

Entidades e movimentos sociais específicos (Associações e sindicatos rurais, acampamentos e assentamentos, CEBs, pastorais, ONGs, núcleos locais de movimentos, etc.)

#### NÍVEL POLÍTICO ARTICULATÓRIO:

Fóruns, redes interorganizacionais (FNRA, Via Campesina do Brasil, Assembléia Nacional Popular etc.)

#### NÍVEL MOBILIZATÓRIO na esfera pública:

Marchas (da Reforma Agrária, das Margaridas<sup>2</sup> e outras), campanhas, “semanas”, “grito dos excluídos”, “mutirões sociais” etc.;

#### REDE DE MOVIMENTO SOCIAL:

Conjunto das práticas e políticas formadas pelos três níveis anteriores (Movimento Sem-Terra, movimentos indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, mulheres agricultoras etc.)

O nível organizacional é constituído pelas entidades e/ou formas associativas formalizadas ou semiformalizadas, situadas em territórios definidos e com atuação contínua em relação ao cotidiano de sua população-alvo. Refere-se aos denominados “movimentos ou organizações de base” ou aos mediadores diretos (ONGs, pastorais) que atuam junto a essas bases.

O nível político articulatório refere-se às diversas formas de intercomunicação, diálogo e articulações desenvolvidas por coletivos interorganizacionais em torno de objetivos e lutas comuns, por exemplo, como no Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), que defende a limitação do tamanho da propriedade rural, a distribuição de terra pela reforma agrária e a demarcação e titulação de terras quilombolas e indígenas, dentre outras demandas de grupos setoriais (mulheres, jovens etc.). Entre suas estratégias incluem-se também a formulação de propostas de políticas sociais e a participação nas políticas públicas.

Os atores no nível mobilizatório atuam diretamente na esfera pública. Por meio desse tipo de atuação os movimentos buscam a visibilidade e o reconhecimento de suas demandas junto à sociedade civil, aos governos e à mídia. Tendem, assim, a assumir formas de pressão e reivindicação junto à esfera estatal. Os movimentos sociais rurais têm se utilizado especialmente das marchas de seus participantes a Brasília como estratégia deste nível organizativo, além de manifestações e protestos setorizados em várias regiões do país.

Finalmente, a rede de movimentos sociais se define como o conjunto das práticas políticas formadas pelos três níveis mencionados (organizacional, articulatório e de mobilização), transcendendo as expressões meramente empíricas desses níveis rumo à construção de uma lógica de movimento que inclui a construção identitária da luta, a definição de adversários ou opositores sociais ou sistêmicos, em nome de um projeto ou utopia de transformação social, cultural, política ou sistêmica.<sup>3</sup>

### **Os atores políticos estratégicos e a relação entre movimentos**

O nível político articulatório – como nos fóruns da sociedade civil, na Via Campesina do Brasil,<sup>4</sup> na Assembléia Nacional Popular,<sup>5</sup> dentre outros – é especialmente relevante para a formulação de políticas públicas e a construção dos ideários dos movimentos. É

também uma importante ocasião para intercâmbios com movimentos de outra natureza (urbanos, de direitos humanos etc.) e negociações de pautas políticas. Tomaremos como exemplar o caso do Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), para elucidar este papel político estratégico.<sup>6</sup>

O FNRA foi criado em 1995, com o objetivo de transcender as lutas mais corporativas dos movimentos sociais através de uma articulação nacional do conjunto dos movimentos sociais do campo, de entidades e pessoas comprometidas com a reforma agrária e a questão da democratização da terra. O Fórum não é uma organização formal propriamente dita, mas um espaço estratégico de debate, de formulação de objetivos comuns de luta, de elaboração de princípios e de encaminhamento de ações concretas de impacto político. Defende um princípio orientador da ação: o de que a unidade do movimento forma-se no que há de consensual no conjunto dos participantes, mas, quando não há unidade, deve ser respeitada a diversidade, no sentido de que cada organização trate nos espaços próprios de luta os seus encaminhamentos não consensuais. Por exemplo, em relação à transposição do Rio São Francisco, a maioria dos participantes do Fórum é contra, enquanto a Contag se posiciona favoravelmente. A entidade é livre para não assinar as manifestações contrárias. Naturalmente, essas controvérsias geram tensões, conflitos e ambigüidades dentro do Fórum, mas seus elos de mediação na rede buscam as conciliações possíveis para práticas algumas vezes contraditórias.<sup>7</sup> Assim sendo, as bandeiras de luta se alargam e incluem os diversos segmentos do Fórum mas, nas questões irreconciliáveis, cada entidade traça seu caminho, conforme manifestação de um entrevistado do FNRA:<sup>8</sup>

Nós só agimos como Fórum quando há unidade. Na diversidade e na compreensão das diferenças. Quando não há, não se briga. Cada um age da sua maneira, mas respeitando as diferenças. Então vamos fazer tudo o que é possível dentro do fórum que tenha unidade, que tenha ação conjunta. Mas o esforço nosso da coordenação, das pessoas que pensam o Fórum, e que conduzem o Fórum, é que cada vez mais a gente vá fechando a

unidade, em torno de idéias, em torno de objetivos, de princípios e de ações concretas. Isso foi o nosso esforço desde 1994... Em 2001 sentimos a necessidade de criar uma estrutura mínima deste Fórum para que pudesse responder o conjunto de demandas que as entidades teriam em relação à questão da terra, da água e da agricultura familiar. Porque quando falo em terra, entra a questão da luta pela reforma agrária, a questão da demarcação das terras indígenas, dos quilombolas, ribeirinhas, dos fundos de pastos, dos pescadores. Tudo que entra na questão da terra, entra aí, a luta pelo meio ambiente, recursos naturais, a biodiversidade. Quando falo em agricultura familiar, não estou só falando da concepção de agricultura familiar que esta aí, que a Contag defende, que a FETRAF defende. Estou falando de uma agricultura camponesa mais ampla, mais complexa, que o MST, que a Via Campesina defendem, que têm uma outra visão sobre isso. Nós tentamos unificar esses vários pensamentos em torno de algumas ações concretas. (Representante da coordenação do FNRA, 2005).

Como em toda organização política em rede, há elos estratégicos, não obstante o princípio de horizontalidade defendido. Porém, esses elos não se definem por uma hierarquia burocratizada e, sim, por sua função ou legitimidade política que possui dentro da articulação. No caso do FNRA foram apontados como atores políticos estratégicos de destaque os denominados “movimentos de massa”:<sup>9</sup> o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), o MAB (Movimento do Atingidos pelas Barragens), dentre outros. Há também uma tendência nos atores políticos mais estratégicos do mundo rural de atuar em outros fóruns da sociedade civil de caráter popular. Nesta direção, o MST foi reconhecido como o movimento social de maior expressividade política pela quase totalidade dos fóruns nacionais pesquisados.<sup>10</sup>

### Movimentos sociais mais importantes no Brasil, segundo fóruns da sociedade civil<sup>11</sup>

A relevância do MST não se dá apenas por sua participação como membro desses fóruns, mas por sua capacidade de liderança (elo estratégico) nas articulações mais abrangentes das quais os fóruns participam, por sua visibilidade nas redes de mobilização pública e pela continuidade e coerência política de sua prática cotidiana no nível organizacional localizado. Portanto, os três elementos de constituição de um movimento em rede (organizacional, articulatório e de mobilização) bem como os componentes de construção política de um movimento (princípios identitários, de definição do conflito e projeto de mudança) têm sido trabalhados em todos os níveis desse movimento.

### **Demandas, lutas e desafios políticos**

Três principais tipos de lutas ocorrem no interior dos movimentos sociais do campo: as demandas materiais/emergenciais do cotidiano das bases do movimento, a práxis de ressignificações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade e a elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade. Estas três faces das lutas se complementam, mas são, ao mesmo tempo, geradoras de tensões e conflitos no interior dos próprios movimentos e das articulações em redes mais abrangentes.

Em primeiro lugar, *as demandas materiais/emergenciais do cotidiano* são o fator primário de mobilização das bases do movimento ou da formação do denominado “movimento de massa”. É a capacidade de resposta às carências emergenciais de populações rurais (ou de origem rural), excluídas socialmente, que irá atrair tais grupos sociais à participação nas organizações coletivas. Portanto, a busca de respostas concretas (conquista ou legalização da terra, recursos para produção, direitos previdenciários, saúde pública, educação no

## Ilse Scherer-Warren

campo etc.) requer a negociação direta com o Estado e os governos. O movimento se caracteriza nessa fase por seu perfil reivindicatório e a negociação política prevalece. Enfrenta o desafio de pressionar sem se deixar cooptar, o que, no governo Lula, tornou-se mais difícil devido à forte identidade ideológica que o movimento tinha com o ex-candidato. No primeiro mandato do presidente, certas bandeiras de luta ficaram suspensas para não prejudicar o processo eleitoral da reeleição, porém atualmente estão sendo revistas, conforme exposto na avaliação que apresentamos a seguir.

No início do segundo mandato, as bases dos movimentos sociais começaram a perceber que a terra foi ficando cada vez mais distante dos seus sonhos. A realidade passou a ser o acampamento. As explicações das lideranças começaram a ser contestadas... Por isso, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) vai relançar a campanha pelo limite da propriedade. Esta campanha foi suspensa para atender a um pedido do então candidato a presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Para não provocar constrangimentos eleitorais à elite rural e urbana, o FNRA aceitou o pedido (Vigna, INESC, 2007).

Em segundo lugar, *a práxis de ressignificações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade* opera com um momento fundamental da formação política e da busca de reconhecimento como ator legítimo. É neste nível que se dá a passagem do movimento reivindicativo para o movimento político propriamente dito. São fundamentais nesse processo os nexos políticos e simbólicos estabelecidos entre os três níveis da rede de movimento:

- No *nível organizativo das bases* operam-se as práticas educacionais orientadas a desconstruções e reconstruções simbólicas relativas a políticas identitárias e de acordo com princípios formadores do movimento; a construção de novas identidades; a formação de sujeitos autônomos e o papel dos atores no processos de mudança social.<sup>12</sup>

## A política dos movimentos sociais para o mundo rural

- No *nível político* articulatório constroem-se a identificação política coletiva e a solidariedade entre as entidades dos fóruns e das redes; discutem-se as políticas nacionais prioritárias para os movimentos; buscam-se as convergências e as possibilidades de construção de unidades na rede; aprende-se a conviver com as divergências e a respeitar as diferenças de opções políticas e ideológicas, diferenças regionais, étnicas, etárias, de gênero etc.<sup>13</sup>
- No *nível de mobilização na esfera pública* buscam-se a visibilidade política e o reconhecimento público do movimento; a adesão de simpatizantes e apoios às causas do movimento; visa-se demonstrar força política e abrir canais de negociação na esfera pública. É um momento relevante para o que vem sendo denominado pela literatura sociológica como “movimento de protesto” na esfera pública.

Em terceiro lugar, a elaboração e a política de reconhecimento de um *novo projeto de sociedade* e/ou de indicativos de mudanças no projeto hegemônico de sociedade. Este é o nível mais politizado do movimento social e corre o risco de ser também o mais partidário ou de servir de instrumento de aparelhamento partidário. O nível político articulatório tem um papel relevante nesta politização, seja através dos fóruns de debate, da atuação da Via Campesina do Brasil, da Assembléia Nacional Popular, da Semana Social Brasileira, do Fórum Social Mundial ou por meio de outros eventos que aproximam as redes de movimentos sociais.

O grande debate atual em torno da construção de um “Novo Projeto de Nação” contempla os seguintes aspectos relativos à questão rural:

1. Quanto ao *modelo de modernização da agricultura*: propõem-se combater a mercantilização da reforma agrária, o agronegócio, as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola, o trabalho escravo e outras formas



## Ilse Scherer-Warren

de subordinação no campo. Propõe-se ainda uma agricultura voltada ao mercado interno, ao respeito ao meio ambiente e que se estimule a cooperação agrícola e a autonomia dos trabalhadores.<sup>14</sup>

2. Em relação à *propriedade da terra*: propõe-se um limite ao tamanho da propriedade, conforme mencionado no documento “Carta da Terra”, o qual, segundo o FNRA, é o que dá “a unidade total ao movimento: até a Contag assinou, ajudou a construir. A Carta da Terra é hoje o nosso documento principal”.<sup>15</sup> Propõe-se a desapropriação de todos os latifúndios, das propriedades de estrangeiros e de bancos e daquelas que praticam o trabalho escravo. Luta-se pela demarcação de todas as terras dos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.<sup>16</sup>

3. Quanto ao *movimento social*: propõe-se construir novas relações de força política com a sociedade e com os movimentos sociais urbanos, tendo em vista a ampliação de um “movimento de massa”.<sup>17</sup> Para tanto, também se considera necessário “fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina do Brasil, em todos os estados e regiões. Construir, com todos os movimentos sociais, a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados”.<sup>18</sup> No cenário mundial, as articulações mais orgânicas dão-se com a Via Campesina Transnacional, o Grito dos Excluídos Continental, a ALBA – Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas, a Cáritas Internacional, a FIAN Internacional – *Food First Information and Action Network* e por meio de atuações no Fórum Social Mundial, em suas edições no Brasil, em outros países latino-americanos e continentes. Essas articulações internacionais e/ou transnacionais, mencionadas pelo FNRA e pelo MST, são referências das redes mais abrangentes. Todavia, cada movimento específico também terá articulações orgânicas próprias como, por exemplo, o MAB que, além de participar da Via Campesina,<sup>19</sup> articula-se com a Comissão Mundial de Barragens e o *Committee on Dams, Rivers and People*, dentre outros.<sup>20</sup> Outro exemplo

## **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**

é a recente III Marcha das Margaridas que, além do apoio de várias redes nacionais de mulheres rurais e urbanas, contou com o estímulo e a participação de redes transnacionais, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (REDELAC) e a Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COOPROFAM).<sup>21</sup> As mulheres, assim como os grupos étnicos (indígenas e quilombolas, especialmente), ampliam o campo de lutas políticas para além do campo “producionista” em direção ao reconhecimento em tanto segmento social e respectivo empoderamento no campo da participação política.<sup>22</sup>

### **A difícil relação entre movimentos, Estado e outros grupos sociais**

A necessidade que os movimentos sociais no campo têm de manter uma constante negociação com o Estado e com os governos buscando atender às demandas do cotidiano das suas bases vem gerando, especialmente durante o governo Lula, uma relação com muitas ambigüidades. Pois, se por um lado, há uma relação de reciprocidade política, de participação de lideranças camponesas na gestão pública do Estado, de busca de novos espaços de participação, como nas conferências, nos conselhos e na discussão do Plano Plurianual (PPA 2008/2011),<sup>23</sup> por outro, impõe-se a necessidade de se desenvolver uma consciência crítica sobre os rumos neoliberais que o governo vem assumindo e a manutenção da autonomia do movimento social, idéia que vem crescendo atualmente nos movimentos sociais no campo.

Além disso, há a obrigação de lidar com uma multiplicidade de agendas, que vão desde as demandas cotidianas das populações excluídas à defesa de projetos mais duradouros de mudança social, de viés socialista (ou republicano, de acordo com o discurso atual de Stédile).<sup>24</sup> Essa característica freqüentemente gera uma relação ambivalente entre movimentos e Estado e/ou governos em suas

## Ilse Scherer-Warren

várias escalas ou instituições, mais ou menos receptivas aos diversos movimentos. As demandas mais pragmáticas são melhor acolhidas, mas os referenciais politizados são mais rejeitados.<sup>25</sup>

O confronto com a política das elites do campo torna-se cada vez mais complexo: de um lado, a luta contínua contra o latifúndio tradicional, improdutivo e de imensas propriedades; de outro, a luta contra as modernas elites rurais, do agronegócio, da produção biotecnologizada e vinculada ao capital financeiro. E, por fim, soma-se uma luta pelo reconhecimento de etnias colonizadas, social e politicamente excluídas (indígenas e quilombolas que reivindicam o direito de manter seus territórios), que advogam a conquista de novos direitos coletivos, sociais, culturais, ambientais e de participação política (para mulheres, jovens, trabalhadores pobres do campo, atingidos por barragens, dentre outros). Nesta dimensão, os movimentos sociais enfrentam também o desafio de lutar contra sua própria criminalização por parte das elites políticas e da mídia, buscando obter o reconhecimento e a legitimidade pública para suas lutas e organizações específicas.

Finalmente, a participação das redes de movimentos na construção de um novo projeto de nação enfrenta desafios ainda mais amplos, dentre os quais: buscar a unidade mínima em torno de lutas comuns e da forma de encaminhá-las, considerada a heterogeneidade dos atores coletivos, das raízes históricas dos campos políticos de referência (religiosos, políticos-partidários, esquerdas socialistas clássicas e renovadas e outros desdobramentos). Precisam ampliar sua articulação política com atores políticos de outros territórios de referência (urbanos, latino-americanos e globalizados). A tensão se dá entre as correntes que buscam uma unidade a qualquer custo, com o objetivo de construir uma frente única ou uma contra-força política organizada em relação ao sistema, e as que propagam a construção de redes de movimentos com princípios norteadores para ações comuns, mas com uma ampla margem de respeito às diferenças e às diversidades das lutas

## **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**

específicas. As primeiras caminham para um movimento concebido como organização política ao passo que as segundas tendem a se manter como movimento em tanto processo aberto em constante construção, ou seja, como um movimento em rede.

### **Considerações finais**

A sociedade da informação, com os mecanismos de mundialização de suas estruturas e relações interorganizacionais, incluindo-se as da sociedade civil contra-hegemônica, mais do que nunca aproximou e criou possibilidades de conexões sociais, políticas e comunicativas entre os atores coletivos. Do mesmo modo, esta proximidade expõe e tensiona as divergências de encaminhamentos das práticas políticas dos diferentes movimentos. Tal tensionamento se evidencia de forma mais contundente na trajetória dos vários encontros do Fórum Social Mundial (FSM), mas representa, ao mesmo tempo, uma expressão dos movimentos de base, especialmente dos mais estratégicos, dentre os quais se incluem os movimentos sociais rurais com expressões importantes na realidade brasileira. A controvérsia se construiu em torno da disjuntiva: crença na necessidade da unidade das massas para a construção de uma contra-hegemonia ao sistema ou crença na possibilidade de corrosão do sistema a partir da diversidade e das múltiplas frentes de luta sociais, dialogando e se retroalimentando através de suas redes.

Todavia, o encontro da diversidade, que se expressa no FSM como um caso emblemático, se reproduz nos vários fóruns da sociedade civil criados nos últimos anos, bem como em outros coletivos e redes articulatórias como os já referidos. Nesses intercâmbios das redes, os atores coletivos saem modificados e as divergências nem sempre impedem estratégias de ação comum, conforme observamos no FNRA, tendência que se expressa também no processo do FSM, como mostra a análise de Bello, um de seus intelectuais militantes:<sup>26</sup>

## Ilse Scherer-Warren

El desarrollo de una estrategia de contra-poder o de contra-hegemonía no tiene que significar que se vuelva a caer en viejos modos jerárquicos y centralizados de organización característicos de la antigua izquierda. Una estrategia semejante puede, en realidad, ser fomentada mejor mediante la formación de redes de múltiples niveles y horizontal en la que los movimientos y organizaciones representadas en el FSM se han distinguido en el fomento de sus luchas en particular.

Nessa mesma direção, Immanuel Wallerstein (2007), um dos expoentes do FSM, conclui que tal controvérsia não mais ameaça o FSM, pois se abrem possibilidades para duas estratégias de ação: uma centrada na mobilização e na ação direta, usando o FSM como um momento articulatório para ações unificadas; outra, concebendo o FSM como um espaço aberto à multiplicidade de iniciativas e redes identitárias que queiram transformar o “sistema mundo” existente. A partir das particularidades dos diferentes fóruns e movimentos ou de processos continuados desenvolvidos por suas redes, possibilitam-se práticas e mobilizações mais amplas consensualizadas por meio de ideários universais comuns. Nas palavras de Wallerstein (op. cit.):

A idéia-chave é a criação de redes, para a qual o FSM está particularmente equipado para construir a nível global. Existe atualmente uma eficaz rede de feministas. Pela primeira vez, em Nairobi, foi instituída uma rede de lutas laborais (definindo o conceito de “trabalhador” de forma bastante ampla). Está em formação uma rede de ativistas intelectuais. A rede de movimentos rurais/camponeses foi reforçada. Há uma promissora rede dos que defendem sexualidades alternativas... E há redes em funcionamento em arenas específicas da luta – direitos sobre a água, luta contra o HIV/Sida, direitos humanos.

Na medida em que atuam em várias dimensões (organizacional, articulatória e de mobilização), conforme relatamos nas páginas anteriores, no caso dos movimentos sociais rurais brasileiros, as redes de movimentos sociais, de fato, vêm apresentando um alargamento do espaço de atuação política. Este se concretiza mediante um

## **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**

conjunto de políticas reivindicativas em atendimento às demandas cotidianas e prementes das populações rurais (desenvolvidas especialmente por meio do contínuo trabalho de suas organizações locais), por meio de políticas propositivas para a formulação de políticas sociais; através da participação nos debates das políticas públicas realizados em seus fóruns e redes interorganizacionais; e, finalmente, por meio de políticas de reconhecimento na esfera pública quanto a sua legitimidade e da construção de contra-hegemonias ao sistema através de suas mobilizações de massa e protestos.

### **Referências bibliográficas**

- BELLO, Walden. El Foro Social Mundial en la encrucijada. [www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=balanco\\_fsm2007\\_por](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=balanco_fsm2007_por)
- CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST. [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em 15/6/2007.
- CASTELLS, Manuel. The information age: economy, society and culture – v. II: The power of identity. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18, abril, 2002.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, n. 18, 1996.
- NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. [www.npms.ufsc.br](http://www.npms.ufsc.br), Florianópolis, 2007.
- NIEMEYER, Carolina Burle de. Contestando a governança global: a rede transnacional de movimentos sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC. 2006. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global:

## **Ilse Scherer-Warren**

- a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: Franklin Frothman, Ricardo Ribeiro e Andréa Zhouri (orgs.). *Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Editora da UFV, Viçosa, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis: UFSC/PPGSP, n. 11, out. 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, UNB, v. 21, n. 1, 2006a. *Estud.soc. agric*, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 5-22.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Inclusão social e cidadania: a perspectiva das organizações, redes e movimentos. In: A Amaral e J. Burity (orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença*. São Paulo: Annablume, 2006b.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... as teorias por onde andam? In: Ilse Scherer-Warren et. ali. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa/Florianópolis: Socius/Editora da UFSC, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse; SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer; TEIXEIRA, Viviani. *Redes de Combate às Múltiplas Faces da Exclusão Social*. 58º Reunião da SBPC, 2006.
- SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer. *A construção do sujeito no MST: Assentamento Eldorado dos Carajás*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia Política da UFSC, março de 2007.
- STEDILE, João Pedro. Entrevista à revista Época. [www.portalpopular.org.br](http://www.portalpopular.org.br). Acesso em 8/2007.
- TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Tradução de Horário Pons. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.
- VIGNA, Edécio. *Governo responde às propostas do FNRA*. [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br). Acesso em 30/7/2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *FSM 2007*. [www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=balanco\\_fsm2007\\_por](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=balanco_fsm2007_por).

## Notas

<sup>1</sup>Para uma maior explicitação dessas categorias, ver Scherer-Warren, 2006a e 2006b.

<sup>2</sup>A III Marcha das Margaridas ocorrida em agosto de 2007 em Brasília foi o mais recente evento dessa natureza, organizado pela Contag dele tendo participado cerca de 50 mil mulheres agricultoras. Constava em sua desde questões do cotidiano até questões mais gerais como denúncias sobre as condições de vida no campo, pobreza, desigualdade, violência e exclusão das mulheres das políticas de desenvolvimento.

<sup>3</sup>A respeito dessa definição de movimentos sociais, ver Touraine, 1997; Melucci, 1996 e Castels, 1997. Ver também desdobramentos em meus trabalhos anteriores de 1999, 2000 e 2006a.

<sup>4</sup>É um segmento da Via Campesina Internacional que tem como metas lutar pela soberania alimentar, reforma agrária, biodiversidade e meio ambiente saudável, participação das mulheres, entre outros.

<sup>5</sup>É um desdobramento da Consulta Popular, reunida pela primeira vez em 1997 em Itaici (SP), que nasceu como um espaço de articulação e mística, com o objetivo de resgatar e construir um Projeto Popular para o Brasil. Em 2005, ocorreu a II Assembléia e, em 2007, em Belo Horizonte, a III Assembléia Nacional da Consulta Popular, já se propondo a se constituir em organização política propriamente dita.

<sup>6</sup>O FNRA está sendo um dos fóruns da sociedade civil estudado em nosso projeto de pesquisa “As múltiplas faces da exclusão social” (Projeto AMFES), UFSC/CNPq, em andamento.

<sup>7</sup>Conforme podemos detectar em nossa pesquisa para o projeto anteriormente citado.

<sup>8</sup>Para o Projeto AMFES, *op. cit.*

<sup>9</sup>Entrevista de representante da coordenação do FNRA concedida ao projeto AMFES.

<sup>10</sup>Manifestação verificada em 10 dos 11 fóruns pesquisados no referido projeto: AMB – Articulação das Mulheres Brasileiras; FBO – Fórum Brasil do Orçamento; FLC – Fórum do Lixo e Cidadania; FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária; FNRA – Fórum Nacional de Reforma Agrária; FENDH – Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos; FNMN – Fórum Nacional de Mulheres Negras; Fórum-PETI – F. Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; FDDI – Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas; Inter-redes Direitos e Política; ABONG – Associação Brasileira de ONGs.



<sup>11</sup> Projeto AMFES, conforme *banner* do NPMS/UFSC de autoria de Ilse Scherer-Warren, Suzana Maria Pozzer da Silveira e Viviani Teixeira. Redes de Combate às Múltiplas Faces da Exclusão Social. 58º Reunião da SBPC, 2006.

<sup>12</sup> Muitas pesquisas têm indicado tal papel político junto às bases locais dos movimentos rurais. Sobre a autonomia dos sujeitos no MST, ver, em especial, Silveira, 2007.

<sup>13</sup> Sobre os princípios articulatórios nos fóruns da sociedade civil, ver Scherer-Warren, 2007.

<sup>14</sup> Ver Carta do 5º Congresso Nacional do MST: <http://www.mst.org.br>, 15/06/2007.

<sup>15</sup> Cf. entrevista de um representante da coordenação do FNRA concedida ao projeto AMFES, 2005.

<sup>16</sup> Ver Carta do 5º Congresso Nacional do MST, *op. cit.*

<sup>17</sup> Trata-se, de fato, de ampliar relações já existentes, como nos fóruns, nas redes interorganizacionais, na Consulta e Assembléia Popular, dentre outros.

<sup>18</sup> Ver Carta do 5º Congresso Nacional do MST, *op. cit.*

<sup>19</sup> Sobre a Via Campesina Transnacional, ver Niemeyer, 2006 e 2007.

<sup>20</sup> Ver desdobramentos em Scherer-Warren; Reis, 2007.

<sup>21</sup> Ver Portal da CUT.

<sup>22</sup> Ver a esse respeito o estudo de Deere, 2002.

<sup>23</sup> Para maiores detalhes em Vigna, 2007.

<sup>24</sup> Em entrevista à revista *Época*, Stédile afirma: “Para viabilizar uma nova reforma agrária, será preciso antes derrotar o neoliberalismo. O primeiro fundamento desse novo tipo de reforma agrária é a democratização da propriedade da terra, que não é uma bandeira socialista, mas republicana”, in: [www.portalpopular.org.br](http://www.portalpopular.org.br).

<sup>25</sup> Por parte da esfera governamental, da academia e da grande mídia, especialmente.

<sup>26</sup> Cf. avaliação de Walden Bello, 2007 (diretor executivo do *Focus on the Global South* e professor de sociologia da Universidade das Filipinas).

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2007, vol. 15 no. 1, p. 5-22. ISSN 1413-0580.

**Resumo.** (*A política dos movimentos sociais para o mundo rural*). Partiu-se do pressuposto de que o alcance político de um movimento estruturado em rede relaciona-se com sua capacidade de articular as diversas escalas organizacionais (do local ao regional, ao nacional e ao transnacional) e com as diversas formas de atuação política (organizações coletivas, articulações políticas e mobilizações na esfera pública). A partir desse pressuposto, buscou-se examinar quais atores coletivos do mundo rural são, atualmente, os mais expressivos em cada um desses níveis; quais os atores políticos estratégicos na formação de redes interorganizacionais; quais as demandas, lutas e desafios políticos enfrentados pelos movimentos sociais no campo e, finalmente, como se desenvolve a difícil e contraditória relação entre algumas dessas redes de movimentos sociais com o Estado e elites rurais na atual conjuntura política.

**Palavras-chave:** movimentos sociais rurais, redes, políticas no campo.

**Abstract.** (*The social movements' politics for the rural world*). The starting point of this paper is that the political reach of a network-structured movement is related to its capacity to articulate several organizational scales (from local to regional, national and transnational), and to develop various forms of political action (at the levels of collective organizations, political articulations and mobilizations in the public sphere). From this, the paper then examines which rural collective actors are the most expressive at each level, the strategic political actors in the formation of interorganizational networks, the rural social movement's demands, struggles and political challenges, and, finally, the mode of development of the difficult and contradictory relationship between some of these social movement networks, the State and rural elites in the present political conjuncture.

**Key words:** rural social movements, networks, rural politics.